



Congresso Nacional vota hoje Orçamento da União para 2014

Depois de entendimento entre governo e oposição, expectativa é de que o projeto seja aprovado antes do início do recesso parlamentar

O presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou sessão do Congresso para as 19h e disse estar empenhado em garantir a votação da proposta ainda este ano.

O Congresso se prepara também para a sessão solene de amanhã, quando o mandato do ex-presidente da República João Goulart deverá ser devolvido simbolicamente.

No Plenário do Senado, a pauta de hoje prevê a análise de diversos projetos, entre eles, o que aumenta as exigências para a criação ou extinção de órgãos públicos. **3**

Senadores ainda divergem sobre Plano de Educação **6**

Atualização de Código Penal pronta para ser avaliada **8**

Comissão analisa hoje nova política sobre drogas **8**

Senado vai rever contratos para ampliar corte de gastos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, determinou que cada contrato seja reavaliado em busca da redução de custos. A estimativa é de que a economia com todas as medidas adotadas desde o início do ano supere os R\$ 200 milhões até o fim de dezembro e chegue a R\$ 300 milhões no biênio 2013-2014. **3**



Diretor-geral do Senado, Helder Rebouças (cabeceira da mesa, à esq.) reúne-se com outros diretores para definir ações

Marcos Oliveira/Agência Senado



Anibal Diniz discursando observado pela filha de Chico Mendes, Ângela, na sessão presidida por Jorge Viana (centro da mesa)

Pioneirismo de Chico Mendes é lembrado em sessão solene

O Congresso homenageou ontem a atuação do ambientalista Chico Mendes, assassinado há 25 anos em Xapuri, no Acre. Parlamentares destacaram a sensibilidade e a visão do líder seringueiro, que defendeu caminhos alternativos para o desenvolvimento da Amazônia baseados na sustentabilidade. **2**

Líderes sindicais cobram regulação de direitos **7**

Relator tenta obter consenso sobre greve no setor público **7**

Rádio e TV Senado chegam a João Pessoa e a Maceió **3**

especial
Cidadania

Implantado este ano, cadastro positivo visa facilitar o crédito

Cadastros com histórico de contas e prestações quitadas corretamente estão sendo formados no país. **4 e 5**



Movimento na Rua 25 de Março, maior centro de comércio popular de São Paulo, no período das compras de Natal: consumidor deve evitar superendividamento

Marcelo Camargo/ABr

Congresso lembra Chico Mendes e seu pioneirismo

Em sessão que homenageou o ambientalista nos 25 anos da morte dele, parlamentares lembraram a defesa dos povos tradicionais da Amazônia e de caminhos sustentáveis para desenvolver a região

SESSÃO SOLENE DO Congresso reverenciou ontem a memória e o legado de Chico Mendes, nos 25 anos da morte dele. Senadores e deputados destacaram a sensibilidade e a visão de futuro do líder ambientalista ao defender caminhos alternativos para o desenvolvimento da Amazônia, baseado na sustentabilidade, com a preservação da floresta, e também a inclusão das comunidades tradicionais, como os seringueiros, indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

Para o primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana, Chico Mendes é nome obrigatório na lista dos cem brasileiros mais importantes do século 20. O senador afirmou que o ambientalista compreendeu claramente que o projeto de colonização da Amazônia dos

antigos governos e elites, para transformar a região numa “efervescente economia”, estava destinado ao fracasso.

Ainda de acordo com Viana, o Brasil não terá verdadeiramente compreendido Chico Mendes enquanto a floresta não for enxergada como um ativo econômico e uma vantagem comparativa para o país. Mesmo apontando avanços no campo das ações sustentáveis a partir do governo Lula, ele disse que o Brasil precisa fazer mais para corresponder ao papel de “detentor e cuidador” da maior floresta tropical do mundo.

— Nenhum de nós precisa esperar um único dia no esforço de levar adiante os ideais de Chico Mendes — conclamou.

Chico Mendes foi morto a tiros no quintal da casa dele, em Xapuri (AC), em 22 de

dezembro de 1988, aos 44 anos, num crime cometido por fazendeiros da região.

Depois de militar inicialmente como líder sindical seringueiro, ele se juntou a outras lideranças numa atuação mais ampla em defesa dos habitantes tradicionais da Amazônia, por meio da União dos Povos da Floresta.

A sessão contou com a participação de parlamentares que conviveram com Chico Mendes, como o senador Anibal Diniz e do deputado Sibá Machado, ambos do PT do Acre e autores da sugestão da sessão. Participaram ainda a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP); Sibá Machado, que também já exerceu mandato no Senado; o ex-governador do Acre Binho Marques e Ângela Mendes, filha de Chico Mendes.



Anibal Diniz e Jorge Viana durante homenagem no Plenário: Chico Mendes recebe título de patrono do meio ambiente

Ambientalista recebe título de patrono nacional

Uma das homenagens a Chico Mendes foi a publicação, ontem, da lei de iniciativa de Janete Capiberibe que concede a ele o título de Patrono Nacional do Ambientalismo. Ele já tem o nome entre os heróis brasileiros. Também ontem foi lançada a segunda edição do livro *Vozes da Floresta*, publicado pelo Senado.

Para Anibal Diniz, Chico Mendes “viveu a resistência contra a exploração desenfreada e o desmatamento” da floresta. O senador recordou que o ambientalista, fundador do PT no Acre, foi responsável pela suspensão dos financiamentos internacionais a projetos que devastavam a Amazônia e expulsavam seringueiros das terras.

Filha diz que seringueiro direcionou rumos políticos

Ângela Mendes disse que a voz do pai foi a “poronga” — luz que o seringueiro leva sobre a cabeça para iluminar os caminhos — que direcionou os rumos políticos do Acre, onde 47% do território é reserva extrativista e tornou real “sonhos longínquos” de vida digna para os povos da floresta. Ela observou que ainda há muito o que fazer em outras regiões.

— Ouso dizer, sem medo de errar, que os títulos de herói nacional e patrono do meio ambiente só terão valor, de fato, quando não houver mais mortes por conflito de terra, quando não houver mais injustiças e ameaças contra aqueles que, de fato, defendem o meio ambiente — afirmou.

Legado de coragem em defesa da floresta

Francisco Alves Mendes Filho nasceu em 1944 em Xapuri, região de seringal no Acre. Aprendeu a ler com 19 anos de idade. Em 1988, foi assassinado ao sair da própria casa.

Sob liderança dele, a luta dos seringueiros pela preservação do modo de vida adquiriu repercussão mundial. Ele atuou na fundação do Conselho Nacional dos Seringueiros

(CNS). Em 1985, participou da proposta da União dos Povos da Floresta. Chico Mendes entrou em conflito com donos de madeiras, de seringais e de fazendas de gado. Ele garantiu a desapropriação do Seringal Cachoeira, de Darly Alves da Silva, em Xapuri. A Justiça condenou o fazendeiro como mandante, e o filho, Darci Alves Pereira, como executor da

morte de Chico Mendes.

A primeira reserva extrativista federal, a Reserva Chico Mendes, foi criada pouco mais de dois anos após sua morte. Hoje há 59 dessas reservas, que somam mais de 12 milhões de hectares. Ele dá nome ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

Blairo destaca trabalho da Comissão de Meio Ambiente

Presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Blairo Maggi (PR-MT) apresentou ontem



Blairo Maggi/Agência Senado

um balanço das atividades em 2013, frisando que 158 matérias passaram pela CMA neste ano. Foram feitas 48 reuniões (25 deliberativas), 17 audiências, 1 sabatina e 3 reuniões de trabalho. Blairo destacou a instalação da Subcomissão Temporária das Obras de Belo Monte, a discussão sobre o novo Código Florestal e a exploração do gás natural de xisto.

Raupp denuncia invasão de áreas de preservação em RO

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) denunciou ontem que áreas de preservação ambiental de



Valdir Raupp/Agência Senado

Rondônia foram invadidas e desmatadas por produtores rurais. Ao sobrevoar a região, contou 38 pontos de invasão.

Raupp lamentou o aumento do desmatamento na Amazônia em 2013, após anos de redução. Por isso, questionou os órgãos de proteção ambiental e pediu providências do governo para impedir as ocupações ilegais e o desmatamento.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Plano de Educação

14h Está prevista a votação do projeto que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos.

PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

11h Renan Calheiros participa de entrega da coleção *Sessões Temáticas — reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo*; às 11h30, de assinatura de protocolo com Tribunal de Contas de Alagoas sobre TV digital em Maceió. Às 15h30, preside reunião da Mesa; às 16h, ordem do dia; e, às 19h, sessão do Congresso.

CMA/CCJ/CAE Agência de Águas

8h30 Comissões de Meio Ambiente, de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos ouvem prestação de contas do presidente da ANA, Vicente Andreu.

CI Acesso público a revisão de tarifas

9h Acesso público a dados e informações de análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público na pauta da Comissão de Infraestrutura.

CMA Sabatinas

9h Sabatinas de Gisela Forattini, Vicente Andreu Guillo e Gilberto Conejo para direção da Agência Nacional de Águas.

SUBCOMISSÃO DA VERDADE Ossadas

9h Audiência pública sobre descoberta de ossadas com integrantes do Comitê Paraense pela Memória, Verdade e Justiça e da Comissão Nacional da Verdade.

CÓDIGO PENAL Relatório final

9h30 Análise do relatório final da Comissão de Reforma do Código Penal.

CAE Cadastro de inadimplentes

10h A Comissão de Assuntos Econômicos vota projeto que prevê novas regras para inclusão de consumidor em cadastro de inadimplência.

CE Indicação para a Ancine

10h Na pauta da Comissão de Educação e Cultura, indicação de Roberto de Lima para a Agência Nacional do Cinema.

CMO Relatório-geral da LOA 2014

10h30 A Comissão Mista de Orçamento analisa o relatório-geral da proposta de LOA de 2014. Às 18h, delibera sobre prestações de conta do governo federal.

CPI DA ESPIONAGEM Videoconferência

14h A Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem realiza uma videoconferência, no Interlegis, com membros do Parlamento Europeu.

CCJ Políticas públicas sobre drogas

14h30 Projeto que trata do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e das condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça.

CONGRESSO Votação do Orçamento

19h Sessão do Congresso, na Câmara, para votar projetos de lei. Pode ser examinado o Orçamento da União para 2014.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, **audiência pública** conjunta com o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas; e, na sequência, reunião da **Comissão de Reforma do Código Penal**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Orçamento para 2014 pode ser votado ainda hoje

Acordo entre governo e oposição deve permitir a aprovação pelo Congresso antes do início do recesso parlamentar. Para amanhã, está prevista a devolução simbólica do mandato presidencial de João Goulart

APÓS ENTENDIMENTO ENTRE governo e oposição, o presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou para hoje, às 19h, uma sessão do Congresso Nacional para votar o Orçamento Geral da União de 2014 (PLN 9/2013). Ele disse que está empenhado em garantir a aprovação da matéria antes do recesso parlamentar.

— Buscamos um entendimento no sentido de que nós possamos votar na terça-feira o Orçamento. Nós já convocamos o Congresso Nacional exatamente para isso e estamos empenhados nessa direção — afirmou Renan.

Amanhã, às 15h, o Congresso volta a se reunir, desta vez para devolver simbolicamente



Renan quer aprovar o Orçamento antes do recesso parlamentar

o mandato de presidente da República a João Goulart (1919-1976).

A partir de quinta-feira, a pauta fica trancada pelo

veto da presidente Dilma Rousseff ao Projeto de Lei do Senado 98/2002, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que propunha regras para a criação de municípios. Renan já adiantou que a análise desse veto deve ficar para fevereiro.

Estatais

Na pauta do Plenário do Senado, está a proposta que restringe a criação ou a extinção de estatais e órgãos públicos pelo Executivo. De autoria de José Agripino (DEM-RN), a PEC 34/2013 muda de maioria simples para maioria absoluta o número de votos exigido para a aprovação de projetos que criem repartições públicas.

Antes, comissão avaliará relatório da LOA

Antes da votação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) em sessão do Congresso marcada para as 19h de hoje, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deverá votar o relatório-geral da proposta, que será apresentado pelo deputado Miguel Corrêa (PT-MG).

Pelo relatório preliminar da LOA, aprovado em 21 de novembro, cada parlamentar teve R\$ 14,68 milhões para apresentar em emendas individuais ao Orçamento de 2014, sendo R\$ 7,34 milhões necessariamente para saúde, incluídas despesas de custeio e excluídos o pagamento de

pessoal e os encargos sociais. O total destinado a apresentação de emendas individuais, de acordo com o relatório preliminar da LOA, ficou em R\$ 8,72 bilhões. As emendas que não foram atendidas nos dez relatórios setoriais, já aprovados na CMO, serão analisadas por Miguel Corrêa.

Na quinta-feira, a comissão também aprovou o projeto (PLN 13/2013) que altera o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. No entanto, ainda é preciso resolver um impasse devido a mudança proposta pela deputada Rose de Freitas (PMDB-ES). Ela quer incluir,

na programação do PPA, a previsão de uma obra de um trecho da BR-342 no norte do Espírito Santo e promete obstruir a pauta da comissão até que seja aprovada uma errata.

De acordo com o relator, senador Anibal Diniz (PT-AC), Rose de Freitas apresentou uma emenda que continha “uma incongruência”: um valor de R\$ 210 milhões, quando o mínimo permitido pelo PPA era R\$ 500 milhões. Além disso, diz ele, a deputada não indicou a fonte para o remanejamento do recurso, de modo a garantir a aplicação da emenda.

Senado reavalia contratos para economizar R\$ 300 milhões

O diretor-geral do Senado, Helder Rebouças, e os diretores da Casa fizeram ontem um balanço deste ano e definiram para 2014 ações que assegurem economia de R\$ 300 milhões no biênio 2013-2014, conforme determinado pela Comissão Diretora.

O diretor-geral ressaltou que, por determinação do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do primeiro-secretário, Flexa Ribeiro, cada contrato da Casa deverá ser reavaliado com o objetivo de obter redução efetiva de custos, podendo até ser extinto, caso considerado desnecessário. Para 2014, os diretores já foram orientados a renegociar e reduzir alguns

contratos, que somam cerca de R\$ 100 milhões.

Rebouças pediu a imediata revisão do modelo de contratações de mão de obra no Senado, para que sejam alteradas cláusulas que assegurem a qualidade na prestação dos serviços, maior acompanhamento da saúde financeira das empresas terceirizadas, uma gestão efetiva do ponto dos empregados terceirizados, jornada de trabalho de 8 horas, entre outras medidas.

A estimativa da Diretoria-Geral é de que o Senado terá, em 2013, uma economia superior a R\$ 200 milhões.

Os números consolidados deverão ser divulgados em breve.

Rádio e TV Senado chegam a João Pessoa e, em seguida, a Maceió

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assina hoje protocolo de intenções com o Tribunal de Contas de Alagoas para a implantação da TV e da Rádio Senado em Maceió. O tribunal fornecerá a infraestrutura e, em contrapartida, usará quatro subcanalizações do sistema digital de televisão e dois horários da Rádio Senado para transmitir programação própria.

Hoje também serão inauguradas as transmissões da Rádio Senado e do sinal digital da TV Senado em João Pessoa, como parte de acordo com a Assembleia Legislativa da Paraíba.

Publicação traz íntegra dos debates das sessões especiais

Será lançada hoje, pela Presidência do Senado, a coleção *Sessões Temáticas*, com a íntegra das sessões especiais do Senado para debater a reforma política, em 29 de agosto, com a participação da então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia; o financiamento da saúde (19 de setembro), com os ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e do Planejamento, Miriam Belchior; e o pacto federativo (24 de outubro), com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. O objetivo foi ampliar o debate, com procedimentos diferentes dos das sessões regulares.

Aloysio: exigência para carros não deve ser adiada



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou a proposta do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de adiar por um ou dois anos a exigência de que os carros saiam das fábricas brasileiras com airbags e freios ABS. A obrigatoriedade deveria vigorar a partir de janeiro de 2014, mas, segundo Mantega, isso resultaria no aumento dos preços dos carros, em mais inflação e na ameaça a 8 mil empregos, já que a Kombi, o Gol G4 e o Uno Mille deixariam de ser produzidos, devido a dificuldades técnicas.

— Veja, o ministro expõe um dilema que não deveria existir na cabeça de um governante responsável. Ele coloca nos dois pratos de uma balança dois valores: de um lado, a vida, a segurança das pessoas; de outro lado, o preço dos automóveis — criticou, no que foi apoiado por Ana Amélia (PP-RS), que na semana passada também fez um alerta sobre a suspensão da exigência.

Luiz Henrique comemora chegada de fábrica da BMW



Luiz Henrique (PMDB-SC) informou que foi lançada ontem a pedra fundamental da fábrica da BMW em Araquari (SC). Será a primeira indústria de carros de luxo a se instalar no país, ressaltou o senador.

Luiz Henrique disse que Araquari foi escolhida pela montadora alemã, entre outros motivos, pela infraestrutura de exportação do estado e a existência do polo industrial avançado na região de Joinville, que poderá abastecer a fábrica.

Segundo o senador, a BMW vai produzir mais de 30 mil veículos a partir de novembro de 2014 e vai gerar 1.200 empregos diretos e 3.500 indiretos.

Luiz Henrique disse ainda que há a possibilidade de, no futuro, a BMW ter um centro de pesquisa e desenvolvimento em Joinville. Com isso, novos modelos da fábrica poderiam ser não apenas montados, mas também desenvolvidos no Brasil, afirmou o senador.

Para Ana Amélia, Argentina lesa indústria brasileira



Ana Amélia (PP-RS) voltou a criticar a política de comércio exterior da Argentina e a imposição de novas barreiras comerciais, com o anúncio da redução em até 27,5% de todas as importações de automóveis e veículos leves.

Para a senadora, a medida afeta diretamente a indústria nacional, devendo elevar o déficit do setor, que poderá chegar a US\$ 8 bilhões em 2013.

— Não tenho dúvidas de que o Brasil, principal exportador de carros e peças para o mercado vizinho, é, atualmente, o país que mais perde com mais essa decisão da Argentina. Só de veículos de passageiros, 60% do que a Argentina importa são comprados do Brasil. Além disso, é importante observar que os números são muito expressivos: 87% de todo o valor agregado com todas as exportações de veículos, neste ano, tiveram origem no mercado argentino — disse.

Jarbas Vasconcelos aponta má gestão da economia



Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apontou ontem a má gestão do governo como a causa do baixo crescimento da economia do país neste ano. Além da inflação e dos juros altos, ele citou a falta de transparência e a insistência do governo em “maquiar as contas públicas” como responsáveis pela falta de credibilidade e instabilidade da economia.

O senador lembrou a demora no reajuste dos combustíveis, que ocasionou prejuízo de R\$ 24 bilhões à Petrobras em um único dia, contra apenas R\$ 15 bilhões arrecadados com o leilão do campo de petróleo de Libra.

— Após o fim dessa era do PT no governo federal, o Brasil precisará iniciar um programa de despetização da Petrobras [...], para manter sua posição de empresa sólida, respeitada e com credibilidade dentro e fora do país — afirmou.

Brasil começa a formar os cadastros positivos de consumidores

Recém-implantado no país, sistema é sucesso em vários locais e poderá ajudar compradores e vendedores a fechar negócios mais vantajosos e seguros. Serasa e SPC já oferecem o serviço, ainda pouco conhecido

Juliana Steck

NO FIM DE ano, o comércio vende mais, por causa dos presentes e preparativos para as festas de Natal e Ano-Novo, e muitos consumidores recorrem às compras parceladas ou buscam crédito junto a instituições financeiras.

Este ano, foi feita uma mudança na relação de consumo: o cadastro positivo junto a instituições como o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e o Serasa. O cadastro positivo é um banco de dados com informações financeiras dos consumidores criado pela Lei 12.414/2011, que entrou em vigor em 2 de janeiro. Bancos e financeiras, no entanto, só aderiram a partir de agosto. Os consórcios terão até junho do ano que vem para se adaptar e incluir as informações.

A lei estabelece que instituições de consulta de banco de dados poderão ter cadastros dos consumidores com informações sobre hábitos de consumo e de pagamento que os comerciantes

considerem positivos. O próprio consumidor deve se cadastrar e precisa autorizar previamente e por escrito a abertura e o compartilhamento das informações.

Vantagens

Segundo o superintendente do SPC, Nival Martins, o objetivo do cadastro é reduzir os juros de empréstimos e financiamentos, acelerar a obtenção de crédito e eliminar fiadores e avalistas. Parte-se das premissas de que o consumidor que tem registros de compras e dívidas pagas em dia é bom pagador e pode negociar juros menores, prazos maiores para pagamento ou financiamentos de valores mais altos.

Martins explica que o cadastro positivo ainda tem poucas informações sobre as pessoas.

— Os benefícios ainda não são perceptíveis — afirma.

Porém, após dois anos ou mais de cadastro, já será possível ter um bom retrato da adimplência do consumidor. O cadastro positivo mostrará os compromissos

financeiros já assumidos pelo consumidor no mercado, as prestações quitadas, o pagamento das contas em dia ou com atrasos pequenos.

— Isso já acontece em outros países e funciona muito bem. Já no Brasil, hoje, o consumidor é avaliado apenas por “nada consta” ou cadastro negativo. Isso o penaliza muito. Com o cadastro positivo, vai ser possível ver que alguém pode ter apenas atrasado uma conta, esquecido um pagamento ou estar questionando uma cobrança, mas ter todo um histórico de adimplência, de financiamentos pagos corretamente, que hoje não é considerado. O consumidor vai poder explicar sua situação e provar que é confiável — diz.

O Serasa também estima que o cadastro positivo ainda demore cerca de dois anos para funcionar e, no momento, o órgão busca aperfeiçoar o sistema de segurança da informação para garantir que os dados cadastrados estejam corretos.

Segundo Ione, o que não está claro é como as instituições e empresas que terão acesso ao cadastro positivo irão beneficiar os bons pagadores, ou seja, como determinar que um consumidor reúne condições para obter uma taxa de juros menor do que outro que simplesmente não aderiu ao cadastro positivo ou, ainda, como os consumidores indevidamente incluídos nos cadastros de inadimplência serão tratados.

— As medidas caminham no sentido de criar discriminação entre os cidadãos a partir do cadastro positivo, o que é inconstitucional — argumenta Ione.

Para o Idec, além das informações financeiras, que, em tese, poderão ser acrescentadas por diversas empresas com quem o consumidor tenha contato, as informações sobre o pagamento às concessionárias de serviços públicos contribuem para diferenciar os consumidores. “Inúmeros motivos podem levar um cidadão a descumprir os compromissos nesse sentido e as questões sociais não devem refletir o perfil do cidadão como bom ou mau pagador”, defende Ione.

Segundo Idec, banco de dados pode contribuir para discriminar

A economista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) Ione Amorim faz restrições ao cadastro positivo, “porque ele adota a ideia de que pessoas que não possuem registros de compras a prazo ou de empréstimos não são boas pagadoras, já que não estarão nesse cadastro positivo, o que poderá gerar discriminação”. O Idec defende que há outras formas de garantir taxas mais baixas para os consumidores e não apenas por meio de um banco de dados com informações de clientes.

— Além disso, as taxas de juros ainda são altas no país e devem ser reduzidas em benefício de todos os consumidores, não apenas dos que se cadastrarem — diz.

O Idec ressalta que, a cada abertura de crédito ou compromisso com um banco, é necessária a autorização expressa do consumidor para a abertura de cadastro.

Uma vez aberto, novas anotações podem ser feitas sem solicitação, bastando apenas que o consumidor seja avisado. O mesmo vale para serviços continuados, com as informações sobre o pagamento em dia de contas de água, energia ou telefone fixo, que exige uma única autorização do consumidor.

Segundo Ione, o que não está claro é como as instituições e empresas que terão acesso ao cadastro positivo irão beneficiar os bons pagadores, ou seja, como determinar que um consumidor reúne condições para obter uma taxa de juros menor do que outro que simplesmente não aderiu ao cadastro positivo ou, ainda, como os consumidores indevidamente incluídos nos cadastros de inadimplência serão tratados.

— As medidas caminham no sentido de criar discriminação entre os cidadãos a partir do cadastro positivo, o que é inconstitucional — argumenta Ione.

Para o Idec, além das informações financeiras, que, em tese, poderão ser acrescentadas por diversas empresas com quem o consumidor tenha contato, as informações sobre o pagamento às concessionárias de serviços públicos contribuem para diferenciar os consumidores. “Inúmeros motivos podem levar um cidadão a descumprir os compromissos nesse sentido e as questões sociais não devem refletir o perfil do cidadão como bom ou mau pagador”, defende Ione.



Em 2013, cresceu a renegociação de dívidas, inclusive em mutirões e pela internet

Inadimplência vem caindo e medida pode evitar o superendividamento

Outra vantagem do cadastro positivo seria combater o superendividamento por permitir juros mais baixos, afirmam a Serasa e o SPC.

O economista da Serasa Luiz Rabi diz que, segundo dados do Banco Central, a inadimplência caiu no último ano de mais de 8% para cerca de 6,8%.

Só no Serasa, informa, de janeiro a outubro deste ano, 20,6 milhões de consumidores entraram na lista de inadimplentes: houve uma queda em relação a igual período de 2012, quando entraram 21,5 milhões. O economista explica que essa queda teve início em outubro do ano passado e que 2013 pode ser considerado um ano de “regularização de pendências”.

— A redução da inadimplência, no entanto, ocorre em ritmo bem mais lento que o crescimento. De 2010 a 2012, o aumento era quase ininterrupto — pondera Rabi.

Segundo ele, no final de 2009, tiveram início os estímulos à concessão de crédito, como a redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis e para eletrodomésticos da chamada linha branca. Os bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, reduziram a taxa básica de juros, a Selic, e os consumidores, empolgados com os incentivos fiscais, assumiram compromissos que não podiam pagar.

— Uma pesquisa feita na época mostrou que 45% das pessoas que pegaram crédito pra comprar veículo não tinham condições de quitá-lo — assinala.

Rabi acrescenta que a maioria dos consumidores registrados no órgão está em dívida com, em média, quatro credores, ou

seja, realmente com dificuldade de pagar as dívidas.

O economista da Serasa aponta que os principais motivos para a queda do número de consumidores inadimplentes são: bancos mais rigorosos na concessão de crédito, cautela dos consumidores que estão priorizando pagamento das dívidas, expansão das renegociações de dívidas, o desemprego mais baixo, a evolução da renda e o menor ritmo de crescimento do endividamento desde 2012.

Já pelo indicador mensal do SPC, divulgado pela Federação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), o volume de consumidores inadimplentes no país caiu 3,22% no mês de novembro, em relação ao mesmo período do ano passado. O índice leva em consideração mais de 150 milhões de consumidores cadastrados em 1,2 milhão de pontos de vendas espalhados por todo o Brasil.

Os economistas do SPC explicam que a inadimplência registrada no órgão também vinha em forte ascensão e começou a cair a partir de abril deste ano, quando o Banco Central passou a aumentar sucessivamente a Selic, o que encareceu a tomada de crédito no país. “Com os juros mais altos, os bancos se tornaram mais criteriosos para conceder empréstimos”, explica Roque Pellizzaro Junior, presidente da CNDL.

Economistas da Serasa recomendam cautela, planejamento e disciplina com as compras de Natal para não começar o ano superendividado. A orientação é ter uma lista dos presentes que devem ser comprados e os valores máximos que podem ser pagos. A lista ajuda a não se empolgar e perder o controle.

Veja como abrir um cadastro positivo

O consumidor pode abrir o cadastro positivo nas unidades ou no site da Serasa (www.cadastropositivo.com.br), com certificado digital, nas agências bancárias onde tenha conta ou nas lojas onde costuma comprar a prazo. Caso opte por fazer a adesão em uma agência da Serasa, deverá apresentar documento de identidade original com foto ou cópia autenticada. Em uma semana, o CPF já estará incluído. A relação dos endereços das agências da Serasa encontra-se no site: www.serasaconsumidor.com.br/atendimento/agencias.

Para fazer o cadastro no SPC, deve-se preencher o formulário disponível no endereço: www.spcbrasil.org.br/consumidor/cadastro-positivo. Após preenchê-lo, pode entregá-lo na Câmara de Dirigentes Lojistas mais próxima ou enviar ao SPC Brasil pelos Correios. Os endereços estão no mesmo site. O consumidor deverá,

ainda, apresentar documento de identidade com foto.

Quem administra e fiscaliza?

Assim como os registros de inadimplência, o cadastro positivo é administrado por gestores de bancos de dados privados, como a Serasa e o SPC, sem exclusividade. Cabe aos órgãos estatais de proteção e defesa do consumidor fiscalizar os bancos de dados.

Quais informações estarão no cadastro positivo?

Dados sobre os contratos, como empréstimos pessoais, financiamentos e crediários: número do contrato, vigência, valor contratado, número de parcelas, valores e datas de vencimento das parcelas, entre outras. Também serão registradas informações sobre renda, renda comprometida, profissão, empregador/atividade

de profissional, histórico de pagamento, hábito de pagamento e compromissos assumidos e vigentes. Além disso, contas de consumo (água, gás, telefone fixo e luz) também poderão ser usadas como referência. No entanto, os dados de contas de telefonia móvel (celular) não podem fazer parte do cadastro.

Quem fará uso das informações?

O comércio, os bancos, as financeiras e as prestadoras de serviços em geral poderão ter acesso às informações para definir condições comerciais e preços mais ajustados às necessidades e ao perfil de cada consumidor.

Como solicitar a exclusão?

Os consumidores que não quiserem constar no cadastro devem negar sempre que instituições financeiras perguntarem sobre a inclusão. Se aceitar ser incluído no cadastro positivo e depois quiser sair, é só solicitar formalmente a exclusão à instituição em que está o cadastro, mas, caso não baste, o consumidor deve pedir a retirada ao Banco Central (www.bcb.gov.br/?FALEOUVID).

As informações das compras ficarão públicas?

O cadastro positivo registra apenas as informações referentes aos compromissos assumidos e ao pagamento. No financiamento de um carro, por exemplo, dados como modelo,

cor ou placa não estarão disponíveis para consulta.

Por quanto tempo uma dívida não paga constará do cadastro?

Uma dívida não paga constará do histórico por cinco anos. Mas isso não significa que a dívida tenha desaparecido. Ela continua ativa com o credor.

As contas pagas em dia compensam outras atrasadas?

Sim. No cadastro positivo, os pontos perdidos por uma conta paga com atraso podem ser recuperados. Basta pagar em dia as próximas contas.

As informações do cadastro positivo podem ser usadas para outras atividades?

Não. Ao autorizar o cadastro, não se está permitindo o uso dos dados do consumidor para ofertas (como telemarketing, mala direta) ou outra atividade que não seja análise de crédito e de negócios.

Como corrigir dados errados?

O consumidor pode contestar as informações apresentando documentos que provem os argumentos à empresa, que terá, no máximo, sete dias corridos para analisar e corrigir o que estiver errado. A fiscalização do cadastro positivo é de responsabilidade dos órgãos públicos de proteção e defesa do consumidor, como os Procons.



Na compra de presentes e preparativos para as festas de fim de ano, muitos consumidores recorrem a pagamentos parcelados

SPC: adesão ainda é menor que o esperado

A primeira proposta de cadastro positivo foi vetada em 30 de dezembro de 2010, pelo então presidente Lula. Ele alegou que o texto não estabelecia regras para a criação do banco de dados, não especificava as informações que seriam cadastradas e não regulamentava o armazenamento, acesso e compartilhamento das informações.

Em seguida, o governo publicou uma medida provisória

(MP 518/2010, convertida na Lei 12.414/2011) detalhando a regulamentação da criação do cadastro, buscando garantir a proteção dos dados e a privacidade do consumidor, reforçando a aplicação do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) e determinando a fiscalização pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Até hoje, cerca de 600 mil consumidores se cadastraram

no Serasa e cerca de 490 mil no SPC. De acordo com Nival Martins, são bem menos CPFs que o esperado. Em agosto, o órgão trabalhava com a estimativa de que, até o final de 2014, o cadastro teria 20 milhões de adesões. Agora, a expectativa é de 6,5 milhões. Ele aponta como principal razão a posição contrária dos órgãos de defesa do consumidor ao cadastro positivo.



Pela internet, o SPC oferece ao consumidor a possibilidade de se cadastrar

Congresso busca regras mais claras para criação de lista de devedores

No Congresso, a preocupação é criar regras mais claras para o cadastro negativo. Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto (PLC 85/2009) que proíbe a inclusão de informação decorrente de contratação por telefone ou outro meio que gere dívidas sobre a identificação do devedor.

O projeto original, apresentado em 2003 pelo então deputado Bernardo Ariston, regula os cadastros positivo e negativo. O relator na CAE, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), apresentou substitutivo, a fim de incluir na Lei 12.414/2011 as regras para a manutenção do cadastro negativo. Souza considerou importante manter numa mesma lei os dois tipos de informação — de inadimplência e de adimplência.

O substitutivo de Souza só permite a inclusão de informação de inadimplência quando for emitido título ou documento fiscal correspondente, devidamente contabilizado.

— É uma forma de protegermos o consumidor. É comum vermos o nome do consumidor em bancos de cadastros negativos sem a devida comunicação. O projeto cria regras e diz que a inclusão no cadastro negativo se dará com a devida confirmação da entrega no endereço do cidadão — afirma o senador.

No entanto, se o título for protestado, o responsável pelo cadastro não precisará comunicar ao consumidor. A instituição gestora do banco de dados de crédito terá de corrigir imediatamente as informações se o consumidor apresentar comprovação de pagamento da dívida. O projeto também estabelece que obrigações decorrentes de decisão judicial somente poderão ser incluídas no cadastro após trânsito em julgado (decisão da qual não cabe mais recurso). A proposta já passou pela CCJ e, da CAE, seguirá para a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).



Tramita na CAE proposta sobre manutenção de cadastros que protege o consumidor

Saiba mais

Banco Central do Brasil
www.bcb.gov.br
0800 9792345

Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)
www.spcbrasil.org.br
(61) 3213-2000

Serasa Experian
www.serasaexperian.com.br
0800 7737728

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)
www.idec.org.br — (11) 3874-2150

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www12.senado.leg.br/jornal/cidadania

Alvaro: governo reduz PNE a uma “carta de intenções”

O senador, juntamente com Cristovam, Sarney e Randolfe, teme que o texto de Eduardo Braga, que deve ser votado hoje em Plenário, não garanta o cumprimento das metas para a educação no país

O RELATÓRIO DO projeto do Plano Nacional de Educação (PNE) apoiado pelo governo transforma a proposta em uma mera manifestação de intenções, na opinião de Alvaro Dias (PSDB-PR). O PLC 103/2012 deve ser votado hoje pelo Plenário e os senadores governistas esperam aprovar a prioridade na votação para o substitutivo de Eduardo Braga (PMDB-AM), que praticamente encampou o texto de Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Durante a primeira tentativa de votação em Plenário, na última quarta-feira, Cristovam Buarque (PDT-DF) também apresentou um substitutivo, e José Sarney (PMDB-AP) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) fizeram críticas específicas à falta de certeza sobre o cumprimento das metas.

Alvaro foi relator do projeto



Alvaro Dias diz que oposição tentará retomar texto aprovado pela CE

na Comissão de Educação (CE) e introduziu 101 mudanças, que foram aprovadas. No entanto, 47 dessas mudanças foram rejeitadas por Vital, autor do texto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que seria votado pelo Plenário.

— Nosso relatório tenta conquistar credibilidade para o plano, quer demonstrar que é possível ele ser aplicado e

alcançar as metas. No relatório do governo, não há nenhuma segurança de que esse plano será respeitado. A oposição tentará manter as mudanças aprovadas na CE — assinalou.

Wellington Dias (PT-PI), no entanto, diz acreditar que o texto de Braga já conta com o entendimento entre os senadores da base para a aprovação.

— É um resumo do que se discutiu nas comissões — disse.

Texto do plano recebeu centenas de emendas

O projeto que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) está em tramitação há três anos no Congresso. No Senado, passou por três comissões, recebeu centenas de emendas e foi debatido em dezenas de audiências públicas.

Entre as mudanças feitas por Alvaro Dias na CE e contempladas no substitutivo de Vital do Rêgo, está a referência aos balanços do setor público nacional e às contas como parâmetro para aferição das metas do PNE. As informações devem ser organizadas por ente federado.

A emenda de Vital também assegura a compatibilização de programas de expansão de educação profissional e superior (inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal); de bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior; de subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil; e do financiamento de creches e pré-escolas

e de educação especial.

O substitutivo mantém ainda outras alterações aprovadas na CE relativas às metas e estratégias para um período de dez anos. Parte do texto de Alvaro Dias foi aproveitada para garantir à população de 4 a 17 anos sistema educacional inclusivo nas escolas regulares, assegurando também o acesso ao ensino especial, com os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica



Eduardo Braga, relator em Plenário, praticamente retomou texto de Vital

(Fundeb). Mas foi vista com “preocupação” a sugestão de ampliar o atendimento escolar para crianças de 0 a 3 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Emenda de Plenário retomou redação aprovada na CCJ estabelecendo que, a partir do sexto ano do PNE, a alfabetização comece aos 7 anos, reduzindo-se a idade para os 6 anos a partir do décimo ano. Foi mantida a estratégia original de educação em tempo integral, com previsão de permanência dos estudantes por sete horas nas escolas, com acompanhamento pedagógico, oferta de novos conteúdos e alimentação. Foi adotada a redação proposta por Alvaro, que prevê a compatibilização da jornada escolar com atividades recreativas, esportivas e culturais, e a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.

Ferraço comemora desempenho capixaba em avaliação de alunos

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) comemorou o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2012, em que o Espírito Santo teve o melhor desempenho entre os estados, com as melhores notas em leitura, matemática e ciências.

O senador atribuiu o resultado ao empenho do governo estadual para melhorar a infraestrutura do setor, à participação das famílias no desempenho dos alunos e



à valorização dos professores, com pagamento de melhores salários. Ele lembrou que em 2006 o estado ficou em oitavo lugar. Em 2009, subiu para sexto e, no ano passado, foi o primeiro entre os 26 estados mais o Distrito Federal.

— Foi decisiva a participação do magistério capixaba, que fez uma revolução silenciosa que deu a condição de ser o estado melhor classificado no Pisa em nível nacional, em 2012 — afirmou.

Sem educação, país ficará refém do Bolsa Família, diz Cristovam

A falta de prioridade para os investimentos em educação, inovação, ciência e tecnologia por parte dos governos vai fazer do Brasil refém do Bolsa Família, na opinião de

Cristovam Buarque (PDT-DF).

Para o senador, o benefício é importante, desde que o governo condicione o pagamento à frequência de crianças e adolescentes à escola e invista em educação, para que as próximas gerações não precisem receber essa ajuda.

Segundo Cristovam, o Brasil



tem a sexta maior economia do planeta, mas há países com o produto interno bruto (PIB) menor que são mais desenvolvidos e têm mais qualidade de vida.

Ele disse que, há pouco tempo, a Finlândia “era um simples exportador de madeira”, e o Brasil, de soja. Hoje, a percentagem de bens de alta tecnologia é altíssima no PIB da Finlândia, enquanto no Brasil a economia ainda é baseada em bens primários, “mas sem alta tecnologia”.

Casildo defende imposto sobre seguros para defesa civil

Ao chamar a atenção para os desastres naturais recorrentes no país, principalmente os causados pelas chuvas, Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu proposta de autoria dele para criação de um imposto sobre seguros com o objetivo de financiar a defesa civil.

O senador disse que a atuação do governo tem dado ênfase à reconstrução depois da ocorrência das tragédias, sendo necessário



mudar o foco desses esforços para a prevenção.

Casildo calcula que um tributo de 1% sobre os prêmios dos seguros geraria uma receita de R\$ 2,5 bilhões, sem causar prejuízo às seguradoras.

— Se nós aplicarmos em prevenção, com certeza os sinistros serão menores a médio e longo prazo. E, em sendo os sinistros menores, as companhias de seguro vão ter que indenizar menos. E nós vamos ser mais previdentes — disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Entre os direitos que ainda não podem ser aplicados na íntegra, sindicalistas citaram o de greve no serviço público, em análise amanhã

Lideranças cobram regulamentação de direitos dos trabalhadores

LIDERANÇAS E REPRESENTANTES de movimentos sindicais querem a regulamentação de mais de cem dispositivos constitucionais que ainda não podem ser aplicados na totalidade, principalmente os que afetam diretamente interesse dos trabalhadores, como a proteção contra a demissão imotivada, o direito de greve e a concessão de aposentadoria especial dos servidores públicos.

Eles fizeram a cobrança ontem em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre os 25 anos da Constituição e a situação dos direitos trabalhistas nela previstos.

Todos foram unânimes em apontar os avanços da Carta de 1988. Por outro lado, demonstraram desconfiança e receio em relação a projetos de lei e a emendas constitucionais em tramitação no Congresso.

— Embora a Constituição tenha trazido avanços, há uma demora na regulamentação de

muitos pontos e, quando ela acontece, muitas vezes, vem para piorar a situação. Isso é motivo de preocupação e exige luta para não deixarmos haver retrocessos — afirmou o diretor-executivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Antônio Lisboa Amâncio do Vale. Ele citou

como exemplo a proposta de regulamentação do direito de greve dos servidores. Para ele, trata-se, na verdade, de um projeto “antigrevo”.

Para o vice-presidente nacional da Central dos Sindicatos Brasileiros, Flávio Meneguelli, a proposta é “assustadora” e chega a ser

uma vedação de um direito constitucional, que não pode jamais ser aprovada. O tema está sendo tratado pela Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais, que deve votar amanhã relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) sobre o direito de greve no serviço público.



Paulo Paim (2º à esq.) preside audiência em que debatedores avaliaram os avanços da Constituição para a área trabalhista

Projeto limita liberdade e pode tratar grevista como terrorista, diz debatedor

O representante da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), José Maria de Almeida, criticou a proposta que tipifica o crime de terrorismo. Segundo ele, do jeito que está, se houver greve no setor de transporte, por exemplo, os trabalhadores poderão ser enquadrados como terroristas.

— A Constituição assegura a liberdade de manifestação, mas o movimento sindical vem suportando há anos leis restritivas. Há uma escalada da

repressão policial às manifestações de rua e às greves. Agora mesmo o governo do Ceará vai gastar R\$ 500 milhões em armas não letais. Em São Paulo, há 160 trabalhadores e jovens indiciados por terem sido acusados de liderar manifestações. Estão querendo transformar lideranças de movimentos sociais em chefes de quadrilhas — reclamou.

Para ele, há um processo de criminalização dos que lutam por direitos, o que é inaceitável.

— Lutar por uma causa não é crime, mas direito constitucional — acrescentou.

Diante da queixa, Paulo Paim (PT-RS) informou que pretende debater a tipificação do terrorismo na CDH. A questão também está sendo tratada pela Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais. Paim disse que vai pedir ao Ministério da Justiça apoio a lideranças sindicalistas que estão sendo ameaçadas, conforme relatos

na audiência. Segundo ele, a CDH vai fazer nova audiência para discutir a liberdade de manifestação e a criminalização de movimentos sociais.

Também participaram da reunião o secretário-geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Moacyr Roberto Auversvald; o vice-presidente da União Geral dos Trabalhadores Lourenço Prado; e o representante da Secretaria Nacional da Alimentação da Força Sindical, João Agostinho.

Jucá quer consenso sobre greve no serviço público

Uma nova tentativa de aprovar o projeto que regulamenta o direito de greve no serviço público deve ser feita amanhã pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Ele negociou pontos do texto com as centrais sindicais buscando apresentar um voto de consenso à Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais.

Jucá acolheu, por exemplo, a sugestão dos sindicalistas de reduzir de 80% para 60% o percentual mínimo de funcionamento dos serviços essenciais durante as paralisações. Entre esses serviços, estão as emergências de hospitais, abastecimento de água e energia, coleta de lixo, defesa civil e controle de tráfego aéreo, por exemplo. Já os serviços não essenciais terão 40% do funcionamento preservado, embora a ideia original do



Jucá ouve reivindicações de sindicalistas em reunião no início de novembro

senador fosse manter 50%.

Especificamente nas greves de policiais, o texto passou a liberar o porte de armas no trajeto entre o local de manifestação e a casa do policial, mas nunca durante as manifestações. Em nome do consenso, o senador também diminuiu o intervalo mínimo entre o comunicado de greve e

a sua deflagração de 15 para 10 dias. Os sindicatos pediam um prazo bem menor, de 72 horas, mas o senador não cedeu para evitar transtornos à população, como as paralisações de rodoviários e metroviários, geralmente avisadas poucas horas antes do início.

Apesar de previsto na Constituição, o direito de greve do

funcionalismo público nunca foi regulamentado. Entre os pontos mais polêmicos, está o quantitativo mínimo de servidores que deverão atuar durante a paralisação; a definição dos serviços essenciais; a antecedência do aviso para a deflagração da greve; e a substituição de grevistas após decisão judicial — que, na avaliação de representantes da categoria, invalida o direito dos servidores, na prática.

Jucá ainda deve se encontrar com os sindicatos hoje para a rodada final de negociações.

— Procuramos discutir com as centrais sindicais uma regulamentação. O próprio servidor fica exposto a uma decisão judicial sem nenhum parâmetro e estamos querendo construir uma base — disse.

(Com informações do gabinete do senador Romero Jucá)

Paulo Paim destaca principais propostas aprovadas em 2013

Paulo Paim (PT-RS) fez um balanço dos fatos que considerou importantes durante este ano no país e, particularmente, no Senado. Entre as matérias aprovadas pelos senadores, ele destacou o fim do voto secreto nas cassações de parlamentares e na análise de vetos presidenciais; o Estatuto da Juventude; o atendimento integral, pelo SUS, às mulheres vítimas de violência sexual; o Programa Mais Médicos; a inclusão da corrupção no rol dos crimes hediondos; a extensão de todos os direitos trabalhistas às empregadas domésticas; a regulamentação da meia-entrada em espetáculos culturais e esportivos; o orçamento impositivo; e a profissão de comerciário.

Paim apontou propostas que merecem destaque para o próximo ano. Entre elas, o combate à corrupção, o reajuste de aposentadorias e o fim do fator previdenciário — que, ressaltou o senador, gera perda na renda quando o trabalhador se aposenta.

Piauí terá ampliação da oferta de energia, informa Wellington

Wellington Dias (PT-PI) disse ontem em Plenário que em 2014 municípios do norte do Piauí que



hoje sofrem com problemas de eletricidade receberão um reforço de energia do Maranhão. Ele afirmou que lideranças piauienses estiveram na Eletrobras pedindo rapidez nas obras que aumentarão a oferta de energia. Segundo o senador, ficou acertada também a retomada das obras do Programa Luz para Todos.

Conforme Wellington, a situação vai melhorar ainda mais com a obra federal de R\$ 700 milhões que levará energia de Miracema do Tocantins (TO) para municípios do sul do Piauí, da Bahia e do Ceará. Ele disse que o chamado linhão beneficiará uma região do Piauí com grande potencial econômico.

— Eu vi lá várias indústrias. Tem uma indústria de calcário que funciona com óleo diesel, porque falta energia — afirmou, frisando que o investimento permitirá ampliar a geração de empregos.



Relatório de Taques vai voltar a ser apreciado, depois de vista coletiva concedida por Eunício, presidente do colegiado

Comissão especial vota hoje novo Código Penal

A elaboração do parecer do relator ao projeto, derivado do trabalho apresentado por comissão de juristas, envolveu a análise de mais de 800 emendas e de 140 projetos que tramitam no Congresso

A COMISSÃO ESPECIAL de senadores que elabora a proposta de um novo Código Penal deve votar hoje o relatório de Pedro Taques (PDT-MT). O documento foi apresentado na terça-feira passada, mas a votação foi adiada porque o presidente da comissão, Eunício Oliveira (PMDB-CE), deu vista coletiva aos demais parlamentares.

Tendo como base o PLS

236/2012, fruto de anteprojeto apresentado por uma comissão especial de juristas, Taques analisou também mais de 140 projetos de lei que tratam de crimes e punições, além de mais de 800 emendas. A comissão também recebeu dezenas de documentos, de pessoas físicas e jurídicas, e realizou várias audiências em todo o país. Foram ouvidos especialistas, operadores do Direito,

autoridades e a sociedade.

De acordo com o relator, o relatório final faz uma “lipo-aspiração” na norma em vigor, estabelecendo punições para 355 crimes em vez dos 1.750 previstos hoje. O senador ainda destacou que o Código Penal foi feito visando manter a proteção à vida e à família do cidadão.

Se aprovada, a proposta seguirá para o Plenário.

CPI da Espionagem fala com europeus

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Espionagem realiza hoje, às 14h, no Interlegis, videoconferência com membros do Parlamento Europeu, solicitada pela presidente da comissão, Vanessa

Grazziotin (PCdoB-AM).

A senadora argumenta que a videoconferência é importante para averiguar as denúncias de espionagem contra países daquele colegiado.

A CPI, cujo relator é Ricardo

Ferraço (PMDB-ES), foi criada para investigar a existência de um sistema de espionagem montado pelo governo dos Estados Unidos e tem até 11 de abril de 2014 para concluir os trabalhos.

Jorge Viana defende fim da doação de empresa a partido

Jorge Viana (PT-AC) defendeu ontem o financiamento público exclusivo de campanhas políticas. Ele elogiou o Supremo Tribunal Federal pela análise que tem feito até agora da ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil sobre as doações de empresas privadas. Os quatro votos apresentados consideraram inconstitucionais as doações de empresas a partidos políticos, como ocorre hoje.

— O Supremo está colaborando para que se possa ter de fato, pela primeira vez nesta República, eleições fora da tutela do poder econômico — opinou.

O senador ainda destacou o PLS 146/2011, que fixa um teto para os gastos de campanha dos candidatos.

— É simples! Hoje, a lei estabelece limites para quem doa nas campanhas, mas não estabelece limites para quem gasta.

Outra medida julgada imprescindível por Viana é a criminalização do caixa dois prevista no PLS 282/2013, de autoria dele, para esvaziar o argumento de que a proibição de doação de empresas vai aumentar essa prática.

— Ora, vamos aprovar outro [projeto], dizendo que isso é crime. Vamos aumentar a transparência e a fiscalização — argumentou Viana.

Mozarildo Cavalcanti quer cadastro de fichas-sujas

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) considera preocupante a notícia de que a Justiça Eleitoral terá dificuldade para identificar os candidatos inelegíveis pela Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2014. Ele disse ontem que a causa é a inexistência de cadastro com os nomes de pessoas punidas pela Lei da Ficha Limpa, como por enriquecimento ilícito, entre outros motivos.

O senador teme que, se isso não for corrigido, a primeira aplicação da lei à escolha de presidente, governadores, senadores e deputados estaduais e federais não ocorra como o país deseja. Para evitar esse cenário, Mozarildo pediu à Consultoria do Senado que prepare projeto de lei para evitar que políticos ficha suja se candidatem. A ideia do senador é ver a proposta votada já em fevereiro de 2014.



Senador encomendou à Consultoria projeto que crie banco de dados de políticos condenados

Anibal Diniz: população aprova governo do Acre

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou o resultado de pesquisa CNI/Ibope divulgada na sexta-feira, que colocou o governador do Acre, Tião Viana, como o terceiro mais bem avaliado do país.

O senador também se disse contente com a manifestação de ontem, em Rio Branco, em que os 14 partidos que compõem a Frente Popular do Acre solicitaram que o governador Tião Viana aceite se candidatar à reeleição em 2014.

O parlamentar afirmou que a boa avaliação do governo de Viana se deve ao trabalho incansável do governador, que tem conseguido obter recursos em tempo recorde e tem tratado com muita responsabilidade a administração pública.

— Essa aprovação do governador Tião Viana é fruto de muito esforço. Não é uma aprovação gratuita. É uma aprovação que acontece como reconhecimento do trabalho — afirmou o senador.

Anibal disse ainda que os números das pesquisas são o retrato do momento e que o trabalho precisa continuar, com a mesma disposição, porque “ao ocupante de função pública não resta outra coisa mais digna do que trabalhar: trabalhar todos os dias para cumprir a missão de bem servir”.

Reestruturação das políticas públicas sobre drogas é avaliada

A Comissão de Constituição e Justiça analisa hoje o projeto de lei da Câmara (PLC 37/2013) sobre a reestruturação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Do deputado Osmar Terra (PMDB-RS), o projeto tem o apoio do relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que vai apresentar um substitutivo ao texto original. Na avaliação de Valadares, a proposta “traz inovações oportunas para aprimorar a legislação antidrogas” ao abordar o funcionamento do Sisnad, a subvenção do governo federal a campanhas de estados e municípios e as ações de prevenção e recuperação de usuários.

A proposta também agrava a pena para o tráfico, ao limitar a quantidade considerada para uso próprio ao volume de droga suficiente para cinco dias de consumo médio individual, a ser definido pelo Poder Executivo federal

conforme o tipo de droga. O projeto ainda prevê ampla participação da sociedade na definição das políticas antidrogas, na restrição à propaganda de bebida alcoólica e na internação involuntária para dependentes químicos.

Ministério público

A CCJ também vai apreciar a indicação do Ministério Público Federal (MPF) do procurador regional da República Fábio George Cruz da Nóbrega para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público. Fábio Nóbrega graduou-se em Direito pelo Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba em 1992. Foi promotor de Justiça entre 1994 e 1996, mesmo ano em que ingressou no MPF. A atuação dele no combate à corrupção é reconhecida, tendo coordenado o Fórum Estadual de Combate à Corrupção (Focco), na Paraíba e em Pernambuco.



Substitutivo de Valadares pretende aprimorar a legislação antidrogas

Gurgacz cita mensagem do papa a Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) registrou audiência-geral de terça-feira passada com o papa Francisco, na Praça São Pedro. Em missão oficial do Senado no Vaticano, o parlamentar relatou que o papa dirigiu aos fiéis de todo o continente americano uma mensagem especial alusiva ao dia de Nossa Senhora de Guadalupe, a padroeira das Américas. Gurgacz destacou também o recado especial do Papa à população de Rondônia, que representa, mais do que qualquer outro estado brasileiro, a miscigenação dos povos americanos.

— Esta é a mensagem renovada de Nossa Senhora de Guadalupe e esta é a mensagem do papa Francisco, a mensagem da Igreja, que encoraja todos os habitantes do continente americano a ter os braços abertos como a Virgem Maria — disse.



Em missão oficial no Vaticano, senador registrou a mensagem de Francisco à América